

CNP, SEI e BNDES na mira do Senado

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, instalada ontem, já sabe por onde começar a trabalhar: Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Secretaria Especial de Informática (SEI) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Comissão vai fiscalizar os atos do Poder Executivo, da administração direta e indireta, sob a ótica da eficiência e da economicidade, deixando com o Tribunal de Contas da União (TCU) a responsabilidade pela análise financeira e contábil.

"A preocupação prévia não é a de detectar escândalos", frisou o senador Roberto Campos (PDS-MT), eleito com oito votos para presidir a comissão, de 17 membros. Ele disse que o CNP "é um candidato normal", por mobilizar grande massa de recursos, abranger a política de petróleo e álcool e ter "pouca transparência". O BNDES, porque "administra o Finsocial, o PIS, e cobre toda a área industrial e de infraestrutura". E a SEI, por ser um campo novo, o que torna conveniente "firmar orientações que não sejam defeituosas".

Segundo Campos, há

muitos órgãos que não deveriam estar no Governo. "O Governo deve se concentrar em fazer aquilo que ninguém pode fazer", explicou, questionando a necessidade da Companhia de Ferro e Aço de Vitória e da Companhia de Plásticos Taubaté, vinculada à Petrobrás.

O atraso na instalação da Comissão de Fiscalização e Controle, prevista no artigo 45 da Constituição de 1967, foi considerado "oportuno" pelo senador Roberto Campos, por coincidir com o processo de democratização e o fortalecimento do Legislativo.

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado se reunirá sempre às terças-feiras, às 10h30min. Ela difere das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), por seu caráter permanente. E também mais técnica, buscando sobretudo analisar se o órgão está de acordo com suas funções e prioridades; se o comportamento operacional está correto; se os resultados econômicos e sociais são satisfatórios e propor medidas corretivas ou complementares de natureza legislativa ou através de recomendações ao Executivo.